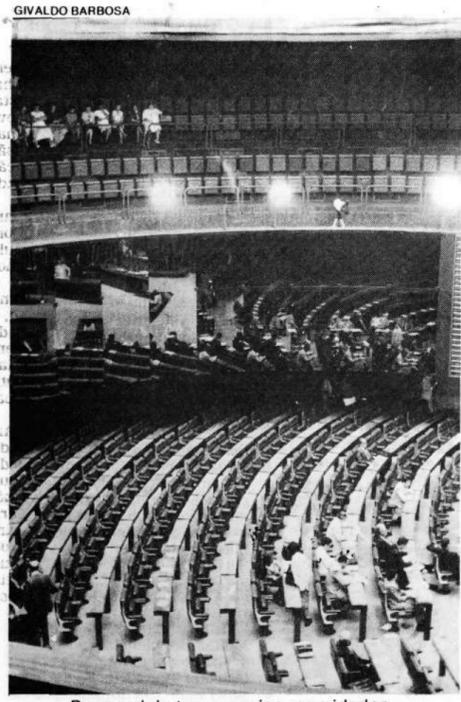


Substitutivo extingue os marajás

Cabral acolhe emenda rejeitando a efetivação dos contratados



Poucos debateram a crise nas cidades

A extinção dos marajás e a proibição do nepotismo no serviço público já estão aprovados pelo relator da Assembleia Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), e serão incluídos em seu substitutivo. A tentativa de efetivar todos os contratados foi rejeitada.

Lei complementar, a ser votada dentro de um ano, no máximo, estabelecerá a menor e a maior remuneração do serviço público, que será a de ministro do Supremo Tribunal Federal. Os estados e municípios terão de se adaptar às normas da legislação complementar.

CONTROLE

Até o final da noite de ontem o deputado Bernardo Cabral e os relatores adjuntos não haviam chegado a uma definição sobre a administração indireta (esta-tais, fundações etc.), responsáveis pelas maiores remunerações. Há uma intensa pressão desses setores sob o argumento de que elas tem características semelhantes às das empresas privadas e que, portanto, não podem se submeter à limitação salarial.

O senador José Ignácio (PMDB-ES), um dos relatores adjuntos, é autor da emenda determinando como limite a remuneração dos ministros do STF. Em outra proposta, sugere que o reajuste dos servidores públicos, civis e militares, será sempre na mesma época e com os mesmos índices. Ele frisa que ambas são "moralizantes" e conduzem à isonomia.

Esses princípios foram adotados pelo relator Bernardo Cabral e sua equipe.

NEPOTISMO

A preocupação em combater o nepotismo fez com que fosse incluído no substitutivo Bernardo Cabral item proibindo a contratação de parentes até 2º grau de ocupantes de cargos e postos, como ministros de Estado, governadores etc. O principal tema em debate, nessa questão, é como controlar as designações para cargos de confiança, que precisam ter maior flexibilidade.

O capítulo sobre funcionalismo público será revisito ainda hoje para evitar qualquer descuido que possa servir para aproveitamento indiscriminado. A

comissão especial — Cabral e os relatores adjuntos — descobriu que no projeto aprovado nas comissões havia um item que, na prática, levaria à efetivação de todos que estão no serviço público.

Por esse item o Governo teria de "motivar" qualquer demissão. Isso significa que, mesmo um contratado no regime CLT, somente poderia ser dispensado se o Governo provasse a justa motivação, de acordo com as normas estabelecidas no Estatuto dos Funcionários Públicos. Haveria, na prática, a efetivação.

A redação definitiva sobre ingresso no serviço público, que se encontra em fase final, deverá ser muito próxima à emenda do senador José Ignácio, que é a seguinte:

"O ingresso no serviço público, sob qualquer regime, dependerá sempre de aprovação prévia em concurso público de provas. Será assegurada a ascensão funcional na carreira mediante promoção, decorrente de provas internas e avaliação de desempenho, com igual peso e realizadas em períodos alternados".



José Ignácio

Manutenção do Supremo está decidida

A manutenção do Supremo Tribunal Federal (STF), reforçado com poderes de Corte Constitucional, derrubando a proposta de criação de um Tribunal Constitucional, foi um dos principais pontos definidos ontem dentro do capítulo referente ao Poder Judiciário, para constar no substitutivo que está sendo elaborado pela equipe de relatores adjuntos e o relator Bernardo Cabral.

Considerado um capítulo pouco polêmico, o Judiciário sofreu poucas alterações em relação ao projeto atual. "Fizemos algumas correções, agora só falta o deputado Bernardo Cabral bater o martelo para fecharmos alguns pontos", revelou o senador José Ignácio Ferreira (PMDB-ES), designado junto com o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) e o senador Maurício Corrêa (PDT-DF), para reestruturar o assunto.

De acordo com o senador José Ignácio, há uma tendência no sentido de derrubar, de extinguir os juizes classistas, da Justiça do Trabalho, mas ela não prevalecerá. Deve continuar como está. Outra modificação é que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) passará a ter presença obrigatória em todas as fases dos concursos da magistratura. Por outro lado, ainda não se definiu se os ministros dos tribunais continuarão com cargos vitalícios ou se cumprirão mandatos. "Este é um ponto que está pegando", disse o senador.

Com relação ao Supremo Tribunal de Justiça, a modificação será na sua composição. O número de ministros do STJ será reduzido de 36 para 33, sendo 6 turnos de 5, mais o presidente, o vice e o ministro corregedor. "Não há razão para que haja 36 ministros", comentou José Ignácio Ferreira. Na parte do Ministério Público também pouco se mexeu, permanecendo a estrutura atual.

Reforma urbana não atrai parlamentar

Mesmo com um flagrante desinteresse, menos de trinta constituintes foram ontem à noite até o plenário debater a reforma urbana — todos os que falaram lembraram que o Brasil está mergulhando num processo inconcebível de "megalopolização", e é injustificável que a nova Constituição se omita em relação ao problema.

À noite, porém, a questão urbana está sendo eclipsada pela briga em torno da reforma agrária. — O substitutivo aprovado pela Comissão de Ordem Econômica passou o tempo um trator sobre a questão urbana — denunciou o deputado Roberto Freire (PCB-PE). Na sua opinião, o crescimento incontrolável das cidades, deixando o campo cada vez mais deserto, tem como grande culpado o sistema capitalista. Já o deputado José Fernandes (PDT-AM) defendeu a desapropriação do terreno urbano ocioso com imissão de posse imediata e a criação dos Conselhos de Desenvolvimento Urbanos.

Ulysses adia reunião e Cabral ganha tempo

A pedido do presidente da Constituinte e da República em exercício, deputado Ulysses Guimarães, foi adiada para amanhã a reunião com todos os líderes partidários para negociação de pontos polêmicos do substitutivo que está sendo elaborado pelos relatores adjuntos e o relator Bernardo Cabral. Por volta das 15 horas de ontem, quando os relatores continuavam trabalhando ativamente para concluir o esboço que deveria ser apresentado hoje aos líderes, o relator Bernardo Cabral recebeu um telefonema de Ulysses Guimarães.

— Fala, meu presidente, vamos nos reunir agora com o ministro Roberto Santos para concluir a parte da seguridade social e saúde. Alguma recomendação especial? Depois de alguns minutos, terminada a conversa, Cabral comunicou aos demais relatores o adiamento da reunião, já que Ulysses Guimarães não poderia se ausentar da Presidência da República para comandar a reunião com os líderes.

no Banco do Brasil, onde estão trabalhando. Satisfeito por ter ganho mais um dia e meio para definir pontos considerados difíceis, o relator desabafou: "O adiamento melhora muito nossa situação".

Nesta reunião de amanhã, como na que houve com o PMDB na segunda-feira, os líderes não terão à disposição um texto base, nem mesmo o esboço prometido. A discussão e negociação se dará através das decisões provisórias definidas pelos relatores e armazenadas em canais de computadores. O primeiro texto concreto só será apresentado no domingo, dia 23, de acordo com a exigência regimental. Mesmo assim, segundo o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), ainda será provisório, pois ficará aberto às emendas em uma nova fase. "Na reunião de amanhã vamos ver qual será a sustentação política das ideias que apresentaremos sobre vários temas polêmicos", previu Fernando Henrique.

No domingo, Bernardo Cabral encaminha à Mesa da Constituinte o que o senador Fernando Henrique chamou de "anteprojeto de substitutivo", e só no dia 07 de setembro, já com o parecer sobre a nova bateria de emendas, se conhecerá o texto-rascunho da Constituição. Depois do processo de publicação de avulsos, inicia-se finalmente, no dia 11, a discussão e votação do projeto na Comissão de Sistematização, antes de ser encaminhado ao plenário da Constituinte. Nestas duas fases, a intenção dos relatores é buscar um acordo com os líderes partidários, no sentido de que se dê um voto global ao texto.

— Até a votação final vai ser sempre assim. Parece que fecha os pontos polêmicos, mas não fecha. Pode haver alteração — esclareceu Fernando Henrique Cardoso, revelando que, curiosamente, a questão que mais tem tomado o tempo das discussões é a da seguridade social, até mais que a reforma agrária.

JOSÉ LINS

"Não existe consenso nos pontos polêmicos"

Ao contrário do que afirmam os principais líderes do PMDB, o deputado José Lins (PFL-CE) garantiu ontem que não existe consenso em torno de praticamente nenhum ponto da futura Constituição. Ele elogiou o trabalho dos diferentes grupos suprapartidários, mas advertiu que todo este esforço serviu, quando muito, para aprofundar o debate dos temas polêmicos, já que decisão mesmo só ocorrerá no plenário. A seguir, o pefelista cearense critica a omissão dos partidos no Constituinte e fala do futuro de sua própria legenda, que teria sido prejudicada pelo Governo nas últimas eleições.



Deputado José Lins

— Deputado, como o senhor analisa a atuação dos diversos grupos suprapartidários na Constituinte? — Acho que esses blocos não têm funcionado muito bem, mas ainda assim funcionam melhor do que os partidos. Os partidos têm sido os grandes ausentes de todo este diálogo sobre a Constituição. — Esses blocos são embriões de futuros partidos políticos? — A meu ver, depois da Constituinte haverá uma grande mudança política no País. Os partidos hoje estão muito heterogêneos, há partidos que têm integrantes da extrema direita à extrema esquerda. Acho que os grupos da Constituinte não são propriamente embriões de partidos, mas sem dúvida as diferentes legendas tendem a tornarem-se mais uniformes a partir do próximo ano. — O PFL seria um dos partidos que acabariam após a Constituinte? — Ao contrário, o PFL vai crescer muito. Afinal, trata-se de um partido de centro, moderado. Cada vez mais eu me convengo de que, passada a refregada da Constituinte, o País vai precisar mesmo é de partidos mais sensatos. Ainda hoje tive uma notícia boa: o ex-ministro Mário Simonsen, um ótimo economista,

decidiu integrar-se aos nossos quadros. — Mas como o senhor explica a péssima performance do PFL nas últimas eleições? — Nós tivemos vários ingredientes contrários a nós. O principal foi o próprio Governo. No momento das eleições, o Executivo só beneficiou o PMDB. Aliás, eu não estou entendendo bem o Governo. Embora o presidente Sarney seja um homem de grande experiência política, ele não tem conseguido consolidar a sua base de apoio política. Se ele dispõe de um partido imenso como é o PMDB, conta também com o PFL e ainda tem amigos em todas as legendas, não sei porque ele não consolida isto. Voltando aos grupos suprapartidários, que tipo de consenso está resultando das negociações? — Eu até estranho quando se fala que há consenso em torno de grande parte da Constituição. Na minha opinião, quase nada é consenso e os grandes temas ainda têm muito o que ser negociados. Eu sempre digo que até hoje não fizemos política para a Constituinte. Nós brigamos nas subcomissões e nas comissões, mas tudo o que foi discutido não passa de estoque, ser-

viu apenas para o aprofundamento dos temas. Só agora, com a apresentação do substitutivo Bernardo Cabral, é que teremos o primeiro texto concreto, coerente, em cima do qual passaremos a trabalhar. Quanto ao propalado consenso prévio, nem eu nem outros fomos consultados sobre isto, até porque ainda desconhecemos o que será proposto pelo relator.

— Quais são os temas mais polêmicos da Constituição?

— O sistema de Governo, a duração do mandato do Presidente Sarney, a reforma agrária e matérias da ordem econômica, como essa questão do conceito de empresa nacional. Esta última, contudo, trata-se a meu ver de uma polêmica artificial, já que é tema para a legislação ordinária.

— Na sua avaliação, qual será o perfil ideológico da nova Carta?

— Eu tenho uma grande admiração pelo Bernardo Cabral, mas não conheço as suas ideias. Por isso, prefiro esperar pela apresentação do substitutivo. Para mim, o momento mais importante da Constituinte será justamente o período de discussão do projeto na Comissão de Sistematização. Teremos exatamente seis dias para negociar o texto entre os partidos.

— Mas a instância final é o plenário...

— Sim, mas aí as correntes ideológicas já estarão perfeitamente definidas e cada um votará de acordo com suas convicções. Agora, o que eu acho é que a maioria da Constituinte é constituída de moderados, ou seja, de políticos da direita até a centro-esquerda, entretanto não quero menosprezar o poder de fogo das minorias mais progressistas. No âmbito das conquistas sociais, por exemplo, não podemos deixar de incluir na Constituição os avanços que os países mais democráticos do Ocidente já consagraram.

Aposentar? Só com 35 anos de serviço

A cúpula da Comissão de Sistematização fixou que a aposentadoria será concedida após 35 anos de serviço, tanto para o homem como para a mulher, desde que tenham, no mínimo, 55 anos de idade. A aposentadoria será calculada com base no valor correspondente à média do salário dos últimos 36 meses de trabalho.



Fernando Henrique Calmon, do PMDB do Espírito Santo.

Um orçamento social, que visa a substituir os atuais fundos de caráter social e que atenderá as áreas da educação, saúde, assistência social e previdência, foi a solução encontrada pela Comissão que há dias vem discutindo o financiamento do setor. Segundo o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), com o orçamento social "fica mais claro o que se faz com o dinheiro do povo", e através da lei de diretrizes orçamentárias, a ser votada em abril de cada ano, o Congresso Nacional estabelecerá "quanto por cento quer para cada área".

Além de decidir pelo orçamento social — hoje há o monetário e o fiscal —, a Comissão resolveu manter entidades como o Sesi e o Senai e os percentuais que cabem à educação (defendidos pelo senador João

Calmon, do PMDB do Espírito Santo). A seguridade social foi uma das questões mais complexas. Ontem à tarde, discutiram o assunto o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), o ministro da Saúde, Roberto Santos, e assessores do ministro da Previdência. Durante os debates, o ministro argumentou que não se pode colocar a saúde sob a ótica da seguridade, sob pena de se dar ênfase a saúde curativa, em detrimento da preventiva.